ASSEMBLEIA INFORMA

6 DE JULHO DE 2017 – QUINTA-FEIRA – ANO 26 – Nº 5.097

Plenário aprova em 2º turno projeto que institui o Plano Estadual de Cultura

Ricardo Barbosa

Aprovação do Plano Estadual de Cultura aconteceu ontem, em Reunião Extraordinária de Plenário

O Projeto de Lei (PL) 2.805/15, do governador Fernando Pimentel, que institui o Plano Estadual de Cultura, foi aprovado em 2º turno na Reunião Extraordinária de Plenário da manhã de ontem. A proposição passou na forma do substitutivo nº 1 ao vencido. O Plano Estadual atende às exigências da Lei Federal 12.343, de 2010, que determina sua instituição nas unidades da Federação que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura.

Em linhas gerais, o plano define diretrizes para a cultura do Estado nos próximos dez anos. Entre os princípios elencados ao longo do texto, estão a promoção da diversidade cultural; a descentralização e a regionalização das políticas públicas de cultura; a concepção de cultura como lugar de reafirmação e diálogo das diferentes identidades e como fator de desenvolvimento humano, econômico e social; e a valorização das atividades artísticas profissionais e amadoras e das culturas popular, afro-brasileira, indígena e circense.

O plano ainda prevê o aumento de recursos no orçamento do Estado e a ampliação das fontes de financiamento do setor.

O texto aprovado acata o conjunto de propostas resultantes do fórum técnico Plano Estadual de Cultura, promovido pela ALMG em 2016.

O substitutivo nº 1 busca dar mais clareza ao texto e aperfeiçoar o encadeamento lógico das ações e da parte normativa do plano.

Turismo – Também foi aprovado ontem em Plenário, mas em 1º turno, o PL 3.844/16, do governador, que institui a Política Estadual de Turismo. Ele passou na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, com a subemenda nº 1 à emenda nº 1.

O objetivo da Política Estadual de Turismo é implementar mecanismos destinados ao planejamento, ao desenvolvimento e ao estímulo ao setor. Ela será regida em consonância com a Lei Federal 11.771, de 2008, que prevê a Política Nacional de Turismo, e obedecerá aos princípios de livre iniciativa, descentralização, regionalização, inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável.

O substitutivo nº 1 faz adequações em relação à técnica legislativa e a disposições legais vigentes. A subemenda trata de detalhes sobre a atuação do setor privado.

Outros dois projetos relativos à economia do Estado aprovados ontem em 1º turno foram o PL 1.397/15, do deputado Fábio Avelar Oliveira (PTdoB), que institui a Política Estadual de Incentivo ao Empreendedorismo, ao Desenvolvimento Industrial e às Novas Tecnologias; e o PL 3.310/16, do deputado Gil Pereira (PP), que altera a legislação com o objetivo de fomentar a energia solar.

Leia mais sobre o Plenário nas páginas 5 e 6

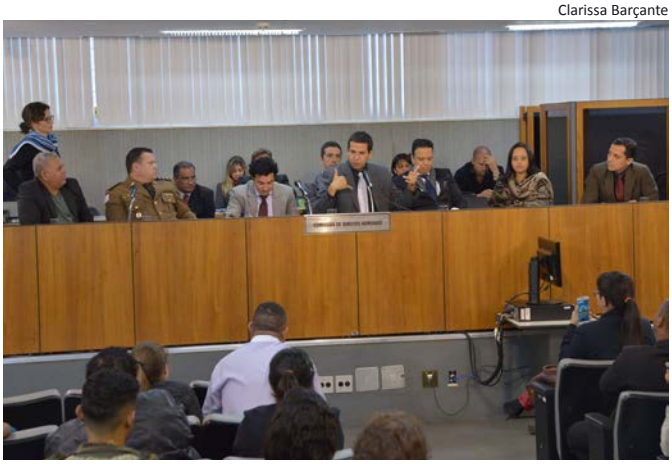
Seminário da Câmara debate a Lei Kandir

As perdas financeiras impostas aos estados pela Lei Kandir, que desonerou as exportações, serão discutidas hoje, às 15 horas, no Auditório da ALMG, em seminário realizado em parceria com a Câmara dos Deputados, a requerimento do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG). O objetivo do evento é subsidiar os trabalhos da comissão especial criada pela Câmara para analisar o Projeto de Lei Complementar Federal 221/98, que altera a Lei Kandir (Lei Complementar Federal 87, de 1996), com foco na compensação dos estados.

Esse assunto já vem sendo discutido na ALMG, que criou, neste ano, a Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União. Em 20 anos da Lei Kandir, o prejuízo para Minas é estimado em R$ 135,67 bilhões. Por outro lado, a dívida de Minas com a União é estimada em R$ 87,2 bilhões, inferior ao crédito que o Estado teria a receber nesse acerto de contas. O Supremo Tribunal Federal deu prazo ao Congresso até novembro deste ano para definir como será a compensação.

Policiais militares pedem suspensão de ordem de despejo em moradia funcional

Clarissa Barçante



Comissão negocia suspensão do despejo com o governo

Policiais militares e seus parentes solicitaram à Comissão de Direitos Humanos que as ações de despejo expedidas pelo Poder Judiciário para retirá-los de moradias funcionais, em especial do Residencial das Américas, em Belo Horizonte, sejam suspensas até que o Projeto de Lei (PL) 4.135/17 seja aprovado pela ALMG e sancionado pelo governador Fernando Pimentel. A solicitação, feita em audiência pública realizada ontem, é justificada pelo fato de o projeto, o qual cria os fundos estaduais de incentivo e financiamento de investimento, trazer um dispositivo que aliena imóveis ocupados por militares e estabelece preferência de compra a esses servidores. A matéria, de autoria do governador, está na ordem do dia do Plenário, em 2º turno.

Segundo o deputado Cabo Júlio (PMDB), coautor do requerimento de audiência, os militares vêm sofrendo com a falta de pagamento, pelo Estado, das despesas de alguns dos imóveis que fazem parte do Residencial das Américas. Com isso, o Poder Judiciário teria autorizado as ordens de despejo, inclusive com permissão para arrombamento. "Os militares pagam suas contas em dia, mas, como o Estado não arca com as despesas dos imóveis vazios, o valor do condomínio aumenta, não tem como ser pago e, além do risco de despejo, serviços como água e luz estão sendo interrompidos", disse Cabo Júlio.

O parlamentar, que é o autor de emenda ao PL 4.135/17 que trata da prioridade de aquisição dos imóveis pelos militares, entende que a Advocacia-Geral do Estado (AGE) deve paralisar as ações de despejo até que a lei seja sancionada.

O advogado dos moradores, Daniel Igor Mendonça, reuniu-se com o Ministério Público, a Secretaria de Estado de Defesa Social e a AGE. Nesse encontro, teria sido acordada a suspensão dos despejos até a aprovação do PL 4.135/17. De acordo com ele, a AGE não teria cumprido o combinado, alegando obrigação jurídica no cumprimento das desocupações.

Durante a reunião, Cabo Júlio anunciou ter enviado mensagem ao advogado-geral do Estado, Onofre Alves Batista Júnior, relatando o problema e solicitando a paralisação dos despejos. Como resposta, teria obtido o compromisso de análise dos fatos e posterior suspensão das ações. Ele agendou uma reunião de trabalho para a próxima terça-feira (11), para alinhar as negociações.

A representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Lígia Maria Alves Pereira, disse que o governo não vem cumprindo suas obrigações financeiras porque vive uma crise financeira severa, mas garantiu que há um esforço para superar essa situação.

O presidente da comissão e também autor do requerimento de audiência, deputado Cristiano Silveira (PT), comprometeu-se a enviar um ofício à AGE reforçando o pedido de suspensão das ações de despejo. O deputado Carlos Pimenta (PDT) destacou que as moradias em questão resguardam a integridade dos militares e suas famílias.

Terras devolutas são tema de projeto

Clarissa Barçante

PL recebeu substitutivo da Comissão de Agropecuária

O Projeto de Lei (PL) 3.601/16, do deputado Tadeu Martins Leite (PMDB), que trata das terras devolutas no Estado, recebeu ontem parecer de 1º turno favorável da Comissão de Agropecuária e Agroindústria. O relator, deputado Emidinho Madeira (PSB), opinou pela aprovação na forma do substitutivo nº 1, que apresentou.

O novo texto reordena os dispositivos de aplicação geral do projeto e também os específicos para as políticas rural e urbana. Além disso, engloba conteúdos dos PLs 758/15, do deputado Antonio Carlos Arantes (PSDB), e 1.778/15, do deputado Carlos Pimenta (PDT), que também tratam do assunto.

Terras devolutas são aquelas que não se encontram no domínio particular por título legítimo nem constituem próprios da União, dos Estados ou municípios. O PL 3.601/16 busca justamente organizar o tratamento jurídico dado a esse tema e, para tanto, consolida e aprimora a esparsa legislação estadual e propõe a revogação de diversas normas.

Requerimentos – A Comissão de Agropecuária e Agroindústria também aprovou requerimentos de audiência pública. Um deles prevê debate, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sobre o uso racional e sustentável da água. O autor da solicitação é o deputado Glaycon Franco (PV).

Comissão retoma trabalhos com defesa de maior participação da mulher na política

Sarah Torres

Solenidade no Salão Nobre marcou a retomada das atividades da Comissão Extraordinária das Mulheres

A Assembleia Legislativa oficializou ontem, em solenidade no Salão Nobre, a retomada das atividades da Comissão Extraordinária das Mulheres. A comissão atuou no último biênio, em uma ação pioneira no Poder Legislativo em todo o País. Nesse período, foi realizada uma série de debates sobre a situação das mulheres no Estado e a necessidade de maior participação feminina na política.

O presidente da ALMG, deputado Adalclever Lopes (PMDB), oficializou a instalação da comissão e passou a condução dos trabalhos à deputada Marília Campos (PT), designada para comandar suas atividades. Em seu pronunciamento, Adalclever Lopes manifestou a certeza de que o trabalho da comissão vai ser mais uma vez reconhecido nacionalmente.

Na primeira fala como presidente da Comissão Extraordinária, Marília Campos destacou o comprometimento do Parlamento mineiro com as bandeiras das mulheres e anunciou os temas que receberão especial atenção da comissão, entre os quais a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 16/15, que busca garantir a presença feminina na Mesa da Assembleia. A luta contra o preconceito, a discriminação e a violência doméstica também estarão em pauta.

A deputada defendeu que a comissão, como um espaço privilegiado de mobilização e organização dos movimentos ligados às causas das mulheres, deixe de ser extraordinária.

Ao ratificar a importância da comissão, as deputadas Geisa Teixeira (PT), Celise Laviola (PMDB) e Rosângela Reis (Pros), que presidiu a comissão no biênio passado, abordaram a baixa representatividade feminina na política. Apesar de as mulheres representarem 52% da população brasileira, são apenas seis deputadas em um universo de 77 parlamentares na ALMG, por exemplo.

Na opinião da coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (Nepem/UFMG), professora Marlise Matos, a comissão extraordinária tem como grande missão contribuir na luta para ampliar a presença das mulheres nos espaços de poder.

Os deputados Tadeu Martins Leite (PMDB), membro efetivo da comissão, Elismar Prado (PDT) e Rogério Correia (PT) salientaram que a luta contra o machismo ainda tão arraigado na sociedade não tem gênero, e que ela precisa do envolvimento de todos para ser bem-sucedida. Como exemplo de uma medida a ser combatida, Rogério Correia citou a reforma da Previdência, que prevê a igualdade dos critérios de aposentadoria de homens e mulheres, apesar da jornada dupla feminina.

Executivo e Judiciário apresentam sugestões

Representando o governo do Estado, a subsecretária de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Larissa Amorim, abordou a importância de a sociedade acompanhar e cobrar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as mulheres.

Em relação à violência física, moral e psicológica praticada contra as mulheres, a desembargadora Kárin Emmerich, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência do Tribunal de Justiça, ponderou que o apoio do poder público e da sociedade é mais importante para o combate a esse crime do que a aprovação de novas leis.

Graziele Mendes, representante do Coletivo de Mulheres da ALMG, apresentou duas demandas à comissão. A primeira é de que seja realizado debate sobre a regulamentação da Lei Complementar 116, de 2011, que trata da prevenção e da punição do assédio moral na administração pública estadual. Outra solicitação foi pela criação de um fluxo para encaminhar demandas referentes ao assédio moral e sexual no Legislativo mineiro.

Como fruto de sugestões de convidadas durante a reunião, a comissão aprovou diversos requerimentos de audiências públicas.

Crack – Outra comissão a aprovar requerimentos ontem, foi a de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas. Por solicitação de seu presidente, deputado Antônio Jorge (PPS), a comissão aprovou visitas aos abrigos Pompeia e Granja de Freitas, para onde foram levados os moradores de rua que viviam embaixo de viaduto na Avenida Silva Lobo, em Belo Horizonte, retirados pela prefeitura da Capital na semana passada.

Criação de seis fundos estaduais já pode ser discutida e votada em 2º turno

Guilherme Dardanhan

Projeto de lei que cria os fundos recebeu parecer favorável

Está pronto para discussão e votação em 2º turno, no Plenário, o Projeto de Lei (PL) 4.135/17, do governador Fernando Pimentel, que cria os fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento. Em reunião realizada ontem, a Comissão de Administração Pública aprovou parecer favorável à proposição.

O parecer é pela aprovação na forma do vencido, com as emendas nºs 1 e 2, apresentadas pelo relator, deputado João Magalhães (PMDB). A emenda nº 1 aperfeiçoa a redação do artigo 45 do vencido, de forma a deixar mais claro que os ativos que compõem o Fundo de Ativos Imobiliários de Minas Gerais (Faimg) são aqueles de propriedade do Estado considerados não alienáveis.

A emenda nº 2 estabelece entre os objetivos do Fundo de Pagamento de Parcerias Público-Privadas (FPP-MG) a sustentação financeira das parcerias entre o Estado e a iniciativa privada a que se refere a Lei 18.038, de 2009. As parcerias regidas por essa lei envolvem a realização de empreendimentos para o desenvolvimento econômico do Estado.

Para o relator, a criação dos fundos é uma estratégia oportuna para promover a modernização da estrutura administrativa estatal.

Além do Faimg e do FPP-MG, o PL 4.135/17 cria outros quatro fundos: de Investimento do Estado de Minas Gerais (MG Investe); de Garantias de Parcerias Público-Privadas (FGP-MG); de Créditos Inadimplidos e Dívida Ativa (Fecidat); e de Investimentos Imobiliários de Minas Gerais (Fiimg). A criação desses fundos é uma estratégia do governo para enfrentar a crise financeira do Estado. O objetivo do PL 4.135/17 é capitalizar recursos para investimentos e para o pagamento da previdência dos servidores estaduais nos próximos anos.

Durante a reunião, parlamentares de oposição se revezaram em críticas ao projeto do governador, entre os quais Sargento Rodrigues (PDT), Gustavo Corrêa (PSDB) e João Leite (PSDB). Cristiano Silveira (PT) e Arnaldo Silva (PR), da base governista, defenderam a matéria.

Decreto sobre aeronaves será questionado

Daniel Protzner

Decreto que cria Comando de Aviação recebeu críticas

O Ministério Público deve impetrar, já na próxima semana, uma ação civil pública contra o Governo do Estado em virtude da edição do Decreto 47.182, de 2017, que cria o Comando de Aviação do Estado (Comave). A informação foi dada ontem pela promotora Joseli Ramos Pontes, que atua no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (Caopp).

A promotora foi uma das participantes de audiência sobre o assunto, realizada pela Comissão de Administração Pública a requerimento do deputado Sargento Rodrigues (PDT). Ele assina, junto com outros parlamentares, o Projeto de Resolução (PRE) 43/17, que tramita na ALMG e pretende revogar o decreto.

A medida do governo, editada em maio, transferiu para o Comave, no âmbito da Polícia Militar, a gestão das aeronaves das secretarias e dos órgãos autônomos do Poder Executivo, reunidas em uma espécie de frota única. Nessa leva, foram transferidos também helicópteros do Corpo de Bombeiros, o que gerou críticas pela suposta apropriação de bens e recursos obtidos por meio dos Fundos Estadual e Nacional de Saúde e pelo fato de ferir a independência do Corpo de Bombeiros, que se separou da PM em 1999.

O temor geral expresso ao longo da audiência é de que as ações que exijam uma resposta rápida dos Bombeiros, como busca e salvamento, atendimento e transporte de vítimas de acidentes e combate a incêndios, fiquem em segundo plano em detrimento das operações da PM. Por isso, além da promotora, representantes de entidades de classe dos bombeiros também denunciaram a arbitrariedade da norma, baixada sem discussão prévia.

A ausência de representantes da Secretaria de Estado de Saúde e dos comandos da Polícia Militar e do principal interessado, o Corpo de Bombeiros, convidados para o debate, foi criticada pelo deputado Sargento Rodrigues. “Esse decreto é para maquiar a apropriação de recursos da saúde. No centro de tudo está o dinheiro, cuja utilização é amarrada por leis federais e estaduais”, disse o parlamentar.

O deputado lembrou ainda que um parecer feito pela assessoria jurídica do Gabinete Militar do Governador, exibido durante a audiência, desaconselhou a edição do decreto.

Projeto sobre proteção aos servidores da educação vai à sanção do governador

Ricardo Barbosa

Os parlamentares também votaram a favor da prorrogação de contratos de agentes de segurança

O Projeto de Lei (PL) 3.874/16, que estabelece medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os servidores do quadro da Secretaria de Estado de Educação, foi aprovado ontem em 2º turno, na Reunião Extraordinária de Plenário realizada pela manhã. A proposição, que tem o deputado André Quintão (PT) como primeiro signatário, passou na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública, com a emenda nº 1, apresentada em Plenário pelo deputado Rogério Correia (PT). Na Reunião Ordinária, ela teve a redação final aprovada, seguindo agora à sanção do governador.

De acordo com o projeto, configura violência contra os servidores qualquer ação ou omissão decorrente da relação de sua profissão que lhe cause morte, lesão corporal, dano patrimonial, psicológico ou psiquiátrico praticada direta ou indiretamente no exercício do seu trabalho, assim como a ameaça à integridade física ou patrimonial. O PL 3.874/16 determina medidas preventivas e providências diversas.

O substitutivo promove alterações pontuais na redação, adequando-a à técnica legislativa. Já a emenda nº 1 corrige equívoco no artigo 5º do substitutivo, acrescentando a menção a ocorrência de violência verbal, e não apenas ameaça, conforme está explicitado no título do capítulo que o artigo integra.

Aprovada prorrogação de contratos

O Plenário aprovou, na Reunião Extraordinária da manhã de ontem, em 1º turno, o Projeto de Lei (PL) 4.148/17, do governador Fernando Pimentel, que pode significar a prorrogação de contratos por tempo determinado de milhares de agentes penitenciários e socioeducativos, que estão perdendo o emprego em virtude da convocação de aprovados em concursos. Nos últimos dias, eles fizeram manifestações nas galerias do Plenário e de plenarinhos da ALMG.

O texto principal do PL 4.148/17 se insere na política denominada "Governo sem papel", que tem o objetivo de substituir documentos físicos por eletrônicos, simplificar processos administrativos, melhorar o fluxo e otimizar a segurança de informações na administração estadual. Para tanto, o projeto acrescenta o artigo 19-A à Lei 14.184, de 2002, que trata do processo administrativo no âmbito da administração pública estadual.

A proposição foi aprovada, entretanto, com a subemenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, à emenda nº 1, cujo primeiro signatário é o deputado Sargento Rodrigues (PDT). É ela que trata da questão dos agentes. De acordo com a redação dessa subemenda, ficam prorrogados até 31 de março de 2019 os contratos por tempo determinado que visam atender a necessidade temporária de pessoal na área de segurança pública e defesa social e que estejam em execução na data de publicação da futura lei. Essa prorrogação independe de termo aditivo aos contratos e aplica-se aos servidores cujos contratos tenham sido extintos entre 1º de janeiro de 2017 e a data de publicação da lei.

Apacs – Outro projeto relacionado à segurança pública e aprovado ontem em 1º turno foi o PL 3.988/17, do deputado Agostinho Patrus Filho (PV), que determina o investimento de pelo menos 20% dos recursos destinados à criação de novas vagas no sistema prisional em estabelecimentos que usam métodos alternativos de cumprimento de pena. Ele foi votado na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O novo texto explicita, entre outras coisas, que os investimentos previstos deverão ser destinados a unidades das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs).

Ainda passaram em 1º turno o PL 3.862/16, do governador Fernando Pimentel, que dispõe sobre a prática de atividades de competência do Corpo de Bombeiros por voluntários, profissionais e instituições civis; e o PL 3.284/16, do deputado Cabo Júlio (PMDB), que permite ao policial civil aposentado participar de banca examinadora do Departamento de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG).

Deputados votam a favor de medidas de controle da dengue e incentivo à doação

Dois projetos de lei que têm a saúde como tema, um deles relacionado ao controle da dengue e o outro à doação de medula óssea, foram aprovados ontem, em 2º turno, na Reunião Extraordinária de Plenário. Ambos passaram na forma do vencido. Na Reunião Ordinária, eles também foram aprovados em redação final e já podem ir à sanção do governador.

O PL 1.498/15 é de autoria do deputado Rogério Correia (PT). Na forma como foi aprovado, ele dispõe sobre medidas de prevenção e combate à dengue, modificando a Lei 19.482, de 2011. Essa norma, que estabelece medidas de controle da proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, fica acrescida de dispositivo determinando o apoio do Estado aos municípios nessa área.

Já o PL 1.607/15, do deputado Fábio Cherem (PSD), trata da conscientização dos candidatos a doadores de sangue sobre a importância do cadastramento no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome). Na maneira como foi votado em 2º turno, o projeto altera a Lei 11.553, de 1994, que dispõe sobre a ação do Estado para o favorecimento da realização de transplantes. É acrescentado à lei o inciso XIII, que determina que o Estado incentive a divulgação de informações sobre a importância do cadastramento no Redome.

Água – Outro projeto aprovado pelo Plenário, em 2º turno, foi o PL 1.947/15, do deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB), que altera a lei de criação do Programa Estadual de Conservação da Água. O projeto foi aprovado na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A Lei 12.503, de 1997 obriga as concessionárias de serviços de abastecimento de água e de geração de energia elétrica a investir, no mínimo, 0,5% do valor total da receita operacional apurada no exercício anterior na proteção da bacia hidrográfica em que ocorrer a exploração.

Desses recursos, no mínimo um terço deve ser destinado à reconstituição da vegetação ciliar ao longo dos cursos de água. O PL 1.947/15 pretende vincular à proteção de nascentes outro terço do montante dos recursos. Entre outras coisas, o substitutivo acrescenta outras áreas a serem protegidas, como as veredas.

Ricardo Barbosa

Projetos sobre as áreas de saúde e de defesa do consumidor passaram ontem em Plenário

Proposições tratam da defesa do consumidor

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 64/17, que promove modificações no Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FEPDC), foi aprovado ontem em 2º turno, em Plenário, com a emenda nº 1, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Esse fundo financia ações para o cumprimento da política estadual de relações de consumo. Entre as alterações previstas no projeto, de autoria do procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet, está a proibição de seus recursos serem utilizados no pagamento de despesas com pessoal e encargos.

A proposição também estabelece que o BDMG passará à Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa a função de agente financeiro do fundo. A emenda nº 1 tem o propósito de assegurar que o representante da ALMG no Conselho Gestor seja escolhido entre os membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Também foi aprovado em 2º turno o PL 212/15, do deputado Fred Costa (PEN), que proíbe o fornecedor de impedir ou dificultar a escolha, pelo consumidor, do posto de assistência técnica autorizada a que deve recorrer em caso de problemas no produto.

Essas duas proposições também passaram em redação final, na Reunião Ordinária, e podem ir à sanção do governador.

Datas – Ainda na Reunião Extraordinária de Plenário da manhã de ontem, foram aprovados, em 1º turno, o PL 3.876/16, do deputado Antônio Jorge (PPS), que fixa critérios para a instituição de datas comemorativas no Estado; e, em turno único, o Projeto de Resolução (PRE) 11/15, do deputado Durval Ângelo (PT), que institui a Comenda de Direitos Humanos Dona Helena Greco.

Outros nove projetos aprovados ontem tratam de doações de imóveis, entre os quais o PL 4.310/17, do governador Fernando Pimentel, que autoriza o Ipsemg a receber, mediante dação em pagamento, imóvel de propriedade do INSS. Tal imóvel é ocupado pelo Hospital Universitário da Faculdade Ciências Médicas, o antigo Hospital São José, que destina todos os seus leitos a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto passou em 1º turno.

PL altera destino de taxas de mineração

O Projeto de Lei (PL) 3.677/16, que altera a destinação de taxas e recursos do setor minerário, recebeu ontem parecer de 1º turno favorável da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O projeto é de autoria da Comissão Extraordinária das Barragens.

O parecer do relator, deputado Glaycon Franco (PV), foi pela aprovação com as emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposição vai agora à Comissão de Administração Pública.

Para investigar as causas do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em novembro de 2015, a Comissão Extraordinária das Barragens ouviu várias autoridades e especialistas. A partir das informações levantadas, apresentou o PL 3.677/16 e também o PL 3.676/16, que altera os licenciamentos ambientais de barragens.

O PL 3.677/16 faz uma série de alterações na Lei 19.976, de 2011, que institui a Taxa e o Cadastro de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades Minerárias. Entre outras coisas, destina a totalidade dos recursos da taxa a órgãos do Sistema Estadual de Meio Ambiente. As emendas adaptam o projeto a mudanças promovidas pela reforma administrativa.

ORADORES

Polícia Militar

Em seu pronunciamento na fase de Oradores, na Reunião Ordinária de Plenário, o deputado **Sargento Rodrigues** (PDT) mencionou uma reunião realizada na terça-feira (4), em Santa Rita do Sapucaí (Sul de Minas), na qual o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Helbert Figueiró de Lourdes, teria conversado com policiais da região. Nessa reunião, o comandante teria dito que o deputado "não faz nada" pela Polícia Militar. Segundo o parlamentar, seu nome não foi citado, mas as afirmações do coronel teriam dado a entender de que se tratava do deputado. "Não tenho nada pessoal contra o comandante. Sou autor de 48 leis; é perda de tempo me atacar", declarou o deputado. Segundo ele, todos os benefícios dos quais os policiais gozam, aprovados desde 1999, passaram por ele, seja na condição de autor, relator ou negociador com o governo. "Se temos hoje uma carreira jurídica de delegado, entre outras inúmeras conquistas, é graças a mim", completou.

Sudene

A falta de recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para os municípios do Norte de Minas foi o tema do pronunciamento do deputado **Carlos Pimenta** (PDT). Segundo ele, quando a área foi incluída na Sudene, recebeu melhorias, por meio de diversas ações do órgão. No entanto, os recursos que deveriam ser destinados aos municípios mineiros estariam sendo redistribuídos, segundo o deputado, por falta da presença do governo na área. "Ano passado perdemos para os estados nordestinos R$ 3,5 bilhões, que deveriam ser para nós", afirmou Carlos Pimenta. Ele acrescentou que o presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (Amams), José Reis Nogueira de Barros, que também é prefeito de Bonito de Minas, fez uma reunião com representantes do Vale do Mucuri e iniciou uma mobilização pelos recursos. "Não podemos mais esperar uma ação do governo", declarou o parlamentar.

Cidade Administrativa

O deputado **João Leite** (PSDB) fez críticas ao projeto do governo que cria fundos e que pode resultar na alienação de imóveis do Estado. Ele disse temer pelo impacto disso na Cidade Administrativa e destacou as melhorias para a região Norte de Belo Horizonte decorrentes de sua construção. O parlamentar ressaltou, ainda, a importância de aprovação de emenda ao Projeto de Lei 4.148/17, do governador Fernando Pimentel, a qual permitirá a prorrogação, até 2019, dos contratos de agentes penitenciários e socioeducativos. "Eles mantêm o sistema prisional em ordem", declarou. Em aparte, o deputado Bonifácio Mourão (PSDB) endossou as palavras do colega. Também em apartes, o deputado Tadeu Martins Leite (PMDB) falou sobre reunião da Câmara dos Deputados na ALMG, hoje, que vai discutir mudanças na Lei Kandir; e a deputada Marília Campos (PT) destacou a retomada dos trabalhos da Comissão Extraordinária das Mulheres.

Univale

Os 50 anos da fundação da Universidade Vale do Rio Doce (Univale) foram celebrados pelo deputado **Bonifácio Mourão** (PSDB), em seu pronunciamento na Reunião Ordinária de Plenário. De acordo com o parlamentar, a instituição já atendeu cerca de 30 mil alunos e foi homenageada na Câmara Municipal de Governador Valadares (Rio Doce). "Governador Valadares mudou depois da chegada da universidade. Queremos saudar a instituição na pessoa do presidente da Fundação Percival Farquhar, Rômulo César Leite Coelho, e também seu corpo docente e discente, além de todos os que contribuíram não só para o crescimento da Univale, mas da região", afirmou. O parlamentar também elogiou os serviços prestados à comunidade pela instituição, por meio de seu Polo Integrado de Assistência Odontológica ao Paciente Especial, do Ambulatório de Lesões, do Centro Esportivo da Univale e do Centro Judiciário de Resolução de Conflitos, entre outros.

ORDEM DO DIA

Reunião Extraordinária (10 horas)
Mesma pauta da Reunião Ordinária

Reunião Ordinária (14 horas)

PL 4.272/17
Do governador Fernando Pimentel. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018. Discussão em turno único

PL 4.135/17
Do governador. Cria os fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento. Discussão em 2º turno

Reunião Extraordinária (18 horas)
Mesma pauta da Reunião Ordinária

ACONTECE HOJE

8h30
- Assembleia Solidária – Dia C – Dia de Cooperar (Hall Administrativo) – campanha de arrecadação de agasalhos, fraldas geriátricas, livros e lixo eletrônico

9 horas
- Visitas Orientadas (ALMG) – alunos do 5º ano do Colégio Santa Maria, de Belo Horizonte
- Projeto itinerante Container de Letras – Biblioteca de Compartilhamento (Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira) – cessão de espaço

10 horas
- Reunião Extraordinária (Plenário)
- Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Plenarinho I) – discutir e votar proposições que dispensam Plenário
- Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Auditório) – debater, com a presença de convidados, o possível fechamento da Escola Estadual José do Patrocínio Cardoso, em Campo Belo, e os reflexos da medida para os alunos com deficiência assistidos pela instituição. Requerimento: deputado Duarte Bechir

10h30
- Comissão de Redação (Plenarinho III) – discutir e votar pareceres de redação final

14 horas
- Reunião Ordinária (Plenário)
- Entrevista coletiva (Sala de Imprensa) – a presidenta da CUT-MG, Beatriz Cerqueira, fala sobre os impactos na educação do PL 4.135/17, do governador, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimentos. Cessão de espaço

14h30
- Comissão de Redação (Plenarinho III) – discutir e votar pareceres de redação final

14h30
- Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (Plenarinho I) – discutir e votar proposições que dispensam Plenário
- Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais (Plenarinho IV) – debater, com a presença de convidados, o manejo ético da fauna urbana. Requerimento: deputado Noraldino Júnior

15 horas
- Seminário da Câmara dos Deputados – Comissão Especial do Projeto de Lei Complementar (PLP) 221/98, que altera a Lei Kandir (Salão Nobre)

18 horas
- Reunião Extraordinária (Plenário)

18h30
- Comissão de Redação (Plenarinho III) – discutir e votar pareceres de redação final

TV ASSEMBLEIA

0h **Plenário (continuação)**
1h **Panorama** – Como ter uma *startup*
1h30 **Assembleia Notícia**
2h **Comissão de Saúde (3/5)** – Debate irregularidades no repasse dos recursos financeiros da saúde do Estado para os municípios
4h40 **Palestra** – A Escola e a lei, com Carlos Roberto Jamil Cury
6h **TV Escola** – História Política de MG – Teleaula 24: A abertura e inovações do Poder Legislativo mineiro
6h30 **Memória e Poder** – Jornalista J. D. Vital
7h30 **#Confirma**
8h **Mundo Político**
8h30 **Panorama (inédito)** – Doenças respiratórias
9h **Assembleia Notícia / Comissões (ao vivo)**
10h **Plenário (ao vivo)** – Reunião Extraordinária
12h **Assembleia Debate** – Acerto de Contas entre Minas e a União
13h **Mundo Político**
13h30 **TV Escola** – História Política de MG – Teleaula 24: A abertura e inovações do Poder Legislativo mineiro
13h45 **Assembleia Notícia (ao vivo)**
14h **Plenário (ao vivo)** – Reunião Ordinária, com pronunciamentos, discussão e votação de proposições
18h **Plenário (ao vivo)** – Reunião Extraordinária
19h **Assembleia Notícia (ao vivo)**
19h30 **Panorama** – Doenças respiratórias
20h **Comissão de Desenvolvimento Econômico (6/6)** – Debate a construção de viadutos sobre a linha férrea de Betim
21h35 **Compactos de Comissões**
22h **Assembleia Notícia**
22h30 **Mundo Político (inédito)** – Entrevistas, comentários e notas sobre a movimentação política no País
23h **Plenário (reprise)**

• programação sujeita a alterações

A sinalização digital da ALMG já está funcionando no 1º andar, no 2º andar, no SE, no 1S e no 2S do Palácio da Inconfidência. Para tirar dúvidas, dar sugestões ou fazer alertas sobre defeitos nos equipamentos do sistema, entre em contato conosco:

sinal@almg.gov.br

MESA DA ASSEMBLEIA
Deputado Adalclever Lopes
Presidente
Deputado Lafayette de Andrada
1º-vice-presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva
2º-vice-presidente
Deputado Inácio Franco
3º-vice-presidente
Deputado Rogério Correia
1º-secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr.
2º-secretário
Deputado Arlen Santiago
3º-secretário

SECRETARIA
Cristiano Felix dos Santos
Diretor-geral
Guilherme Wagner Ribeiro
Secretário-geral da Mesa

ASSEMBLEIA INFORMA
Editado pela Diretoria de Comunicação Institucional da ALMG
Diretor: José Geraldo de Oliveira Prado
Gerente-geral de Imprensa e Divulgação: Fabíola Farage
Edição: Ricardo Bandeira (editor-geral)
Revisão: Leonardo Mordente (GPCV)
Diagramação: Clarice Maia (GPCV)
End.: R. Martim de Carvalho, 94 – 8º andar – BH – CEP: 30190-090
Tel.: (31) 2108-7715
Impresso pela Gerência-Geral de Suporte Logístico (ramal 7763)
www.almg.gov.br